

Calamidade médica

PROIBIDOS a partir da Constituição de adotar a solução extrema da greve, por trabalharem num serviço público de extrema essencialidade, os médicos federais da Previdência e os estaduais e municipais do Rio decidiram que isso ainda era pouco. Impunha-se ainda levar a greve proibida ao grau de estado de calamidade pública. Equipará-la a uma catástrofe provocada pela fúria dos elementos ou a uma epidemia de ação fulminante e sem remédio conhecido.

O GOVERNADOR Leonel Brizola não há dúvida que tem contas a prestar sobre a situação da rede hospitalar do Estado, cujas deficiências crônicas continuam à vista de toda gente. Na rede municipal os problemas são semelhantes. Entretanto as lideranças grevistas conseguem situar a classe reivindicante, por mais que falem em nome dos interesses da população; numa posição muito pior ainda — e esta indesculpável. O Governador e o Prefeito contam com o argumento da escassez de verbas, do legado negativo e outros pretextos. Mas nenhum tipo de argumento ou de pretexto compensará a morte de pacientes à porta dos hospitais por omissão de socorro; nenhuma explicação será bastante para justificar o agravamento das condições de saúde de quem dependia do mero cumpri-

mento de responsabilidades rotineiras do Estado e foi abandonado na rua com as suas dores e a sua pobreza.

O GOVERNADOR tráfegará no máximo na área da desídia. Os médicos em greve arriscam-se a ingressar na área do crime.

QUANTO ao que ocorre nos domínios da Previdência Social, parece que esse setor da administração federal se encontra na terra e os grevistas no último planeta do sistema solar, onde não chegue qualquer notícia do que se passa neste mundo.

DE UM LADO temos um sistema em luta desesperada para salvar-se da falência, sob o ataque simultâneo da falta de recursos, da improdutividade e das quadrilhas internas e externas da fraude. Do outro, aparecem os servidores do sistema reclamando compensações ou vantagens salariais que a Previdência demonstra não ter condições de atender. Apesar dos esclarecimentos e apelos do Ministro Waldir Pires, os grevistas mantêm-se de pés firmes, impondo ao Ministério que fabrique 1,6 trilhão de cruzeiros para pagar aos funcionários do nível médio, a partir de 1º de janeiro, a gratificação de 80 por cento concedida à categoria de nível superior.

O GOVERNO acaba de tomar medidas severas de redução dos gastos públicos, atingindo inclusive a Previdência Social. Entretanto o comando grevista não quer, de modo nenhum, tomar ciência do que acontece nas linhas de combate à inflação. Em nada o comove o corte inevitável em setores prioritários do desenvolvimento econômico brasileiro, nem tampouco o desemprego que resultará dessa política de última instância.

OS FRACASSOS da medicina socializada no Brasil vão atingindo assim o seu ponto culminante. Enquanto o sistema trabalha normalmente, as deficiências do material físico e humano vêm à tona sob os mais variados aspectos. Com as paralisações, o que era penúria de meios e improdutividade ou improvisação profissionais transforma-se na tragédia da omissão de socorro. As filas do atendimento precário cedem lugar às filas do desespero total e da ira santa.

DESTA VEZ enfrentamos uma calamidade para valer, pois além de todos os males imediatos as suas marcas certamente não desaparecerão com o tempo. Sobretudo a marca da insensibilidade diante do sofrimento coletivo e dos dramas individuais, embora disfarçadas por diplomas e títulos de educação superior.